



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ

RESOLUÇÃO Nº 438, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2022

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0600008-49.2022.6.18.0000. ORIGEM: TERESINA/PI

Interessada: Secretaria de Gestão de Pessoas – SGP

Relator: Desembargador José James Gomes Pereira

Altera as Resoluções TRE/PI nºs 271, de 01 de outubro de 2013, e 120, de 09 de junho de 2006, para atualizar a estrutura administrativa da Secretaria do Tribunal.

O TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESTADO DE PIAUÍ, no uso das atribuições que lhe confere o art. 15, inciso IX, da Resolução TRE-PI nº 107, de 4 de julho de 2005 (Regimento Interno);

CONSIDERANDO a necessidade de incluir unidades que foram instituídas na estrutura organizacional da Secretaria do TRE-PI;

CONSIDERANDO a decisão proferida no Processo SEI nº 0011658-09.2019.6.18.8000,

RESOLVE:

Art. 1º A Resolução TRE/PI nº 271, de 01 de outubro de 2013, passa a vigorar com as seguintes alterações:

O art. 2º da Resolução TRE/PI nº 271, de 1º de outubro de 2013, passa a vigorar acrescido dos seguintes dispositivos:

VII -

d).....



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ

.....

1-A. Serviço de Arquivo

.....

IX -

.....

c)

.....

1-A - Serviço de Controle de Sistema de Gestão de Recursos Humanos

2.....

3. Serviço de Controle de Juízos Eleitorais e Ministério Público.

.....

d)

1.....

2. Serviço de Capacitação e Lotação

.....

Parágrafo único - Além das unidades relacionadas anteriormente, integram a estrutura administrativa deste Tribunal, mesmo que transitoriamente, os núcleos e assistências instituídos por meio das Resoluções TRE/PI nº 365, de 18 de setembro de 2018, nº 381, de 31 de janeiro de 2020, e nº 430, de 8 de novembro de 2021.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ

Art. 2º A Resolução TRE/PI nº 120, de 09 de junho de 2006, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 6º

.....

7.2.2.b - Assistente III (FC-3)

.....

7.2.2.1 - Serviço de Arquivo

7.2.2.1.a - Assistente III (FC-3)

.....

9.1.3 - Revogado

9.1.4 - Assistente I (FC-1)

9.1.5 - Serviço de Assistência à Saúde

9.1.5.a - Assistente IV (FC-4)

9.1.5.b - Assistente I (FC-1)

.....

9.2.2.b - Revogado

.....

9.2.2.d - 02 (dois) Assistente I (FC-1)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ

9.2.2.1 - Serviço de Controle de Sistema de Gestão de Recursos Humanos

9.2.2.1.a - Assistente IV (FC-4)

9.2.2.1.b - Assistente I (FC-1)

.....

9.2.3.b - Assistente IV (FC-4)

.....

9.2.3.1 - Serviço de Controle de Juízos Eleitorais e Ministério Público

9.2.3.1.a - Assistente IV (FC-4)

.....

9.3.2.b - Revogado

.....

9.3.2.1 - Serviço de Capacitação e Lotação

9.3.2.1.a - Assistente IV (FC-4)

.....

9.4.2.b - 02 (duas) Assistentes IV (FC-4)

.....

9.4.3 - Serviço de Aposentadoria e Pensões

9.4.3.a - Assistente IV (FC-4)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ

9.4.4 - Serviço de Gestão de Benefícios

9.4.4.a - Assistente IV (FC-4)

Art. 3º Os Anexos V-IV e V-VI da Resolução TRE-PI nº 120, de 9 de junho de 2006, passam a vigorar na forma dos Anexos I e II, respectivamente, desta Resolução.

Art. 4º Revogam-se os itens 9.1.3, 9.2.2.b e 9.3.2.b do art. 6º da Resolução TRE/PI nº 120, de 9 de junho de 2006.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí, em Teresina, 7 de fevereiro de 2022.


DESEMBARGADOR JOSÉ JAMES GOMES PEREIRA

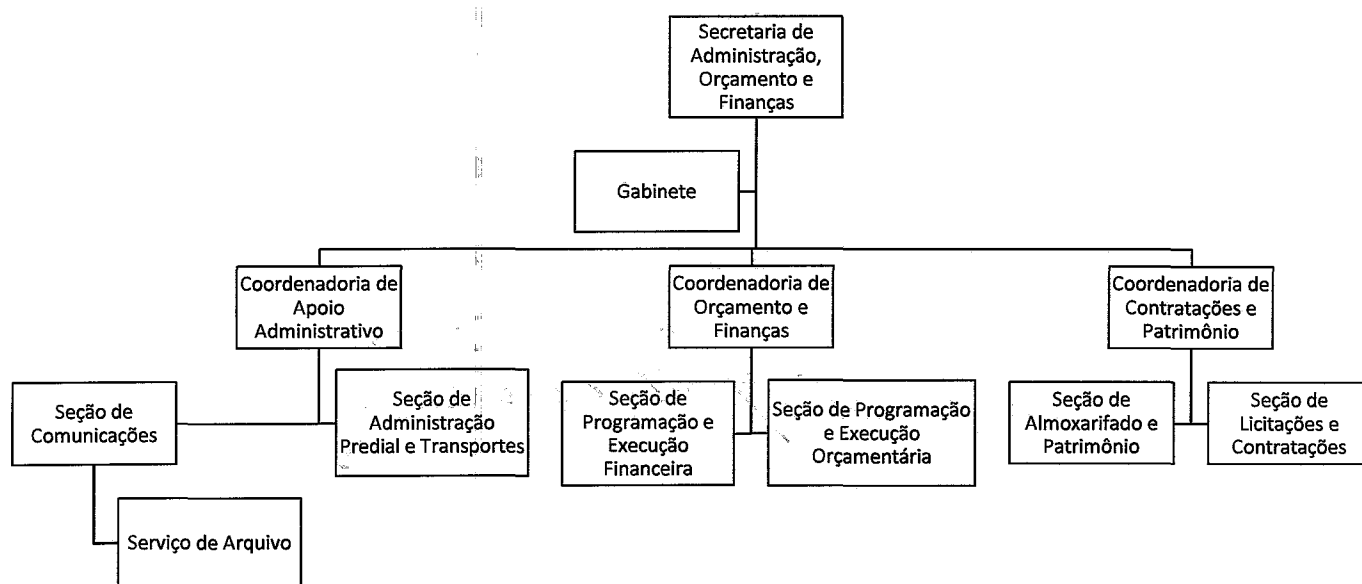
Presidente e Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ

RESOLUÇÃO Nº 438, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2022

ANEXO I

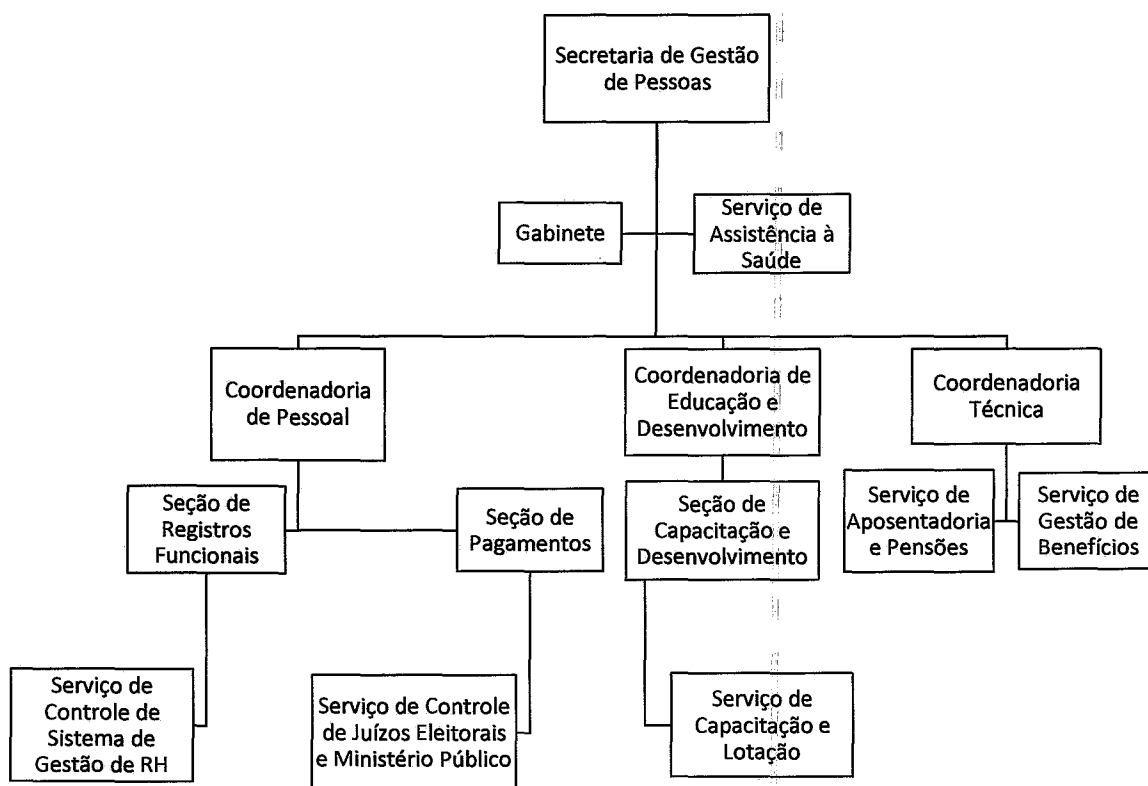




PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ

RESOLUÇÃO Nº 438, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2022

ANEXO II





**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ**

R E L A T Ó R I O

O SENHOR DESEMBARGADOR JOSÉ JAMES GOMES PEREIRA

(RELATOR): Senhores Membros desta Egrégia Corte, Senhor Procurador Regional Eleitoral, Senhores(as) Advogados(as) e demais gradas pessoas,

Trata-se de expediente oriundo da Secretaria de Gestão de Pessoas, no qual recomenda que seja revisada e atualizada a estrutura organizacional da Secretaria deste Regional, atualmente normatizada por meio das Resoluções TREPI n. 120/2006 e 271/2013, especialmente no que se reporta à instituição dos núcleos administrativos, de sorte que, após tal providência, será efetivamente possível também atualizar o Sistema de Gestão de Recursos Humanos, com a correção da lotação de servidores que estão em exercício em unidades diversas daquelas que constam no referido Sistema.

A Seção de Registros Funcionais aponta que o Serviço de Capacitação de Lotação, o Serviço de Arquivo, o Serviço de Controle de Juízos Eleitorais e Ministério Público e o Serviço de Controle de Sistema de Gestão de Recursos Humanos não estão previstas no art. 6º da Res. TRE-PI nº 120/2006 e na estrutura básica definida pelo art. 2º da Resolução TRE-PI 271/2013, embora tenham suas atividades descritas na Resolução TRE/PI nº 271/2013. Além disso, indica que o Serviço de Aposentadoria e Pensões, o Serviço de Gestão de Benefícios e o Serviço de Assistência à Saúde estão previstas na estrutura básica delineada pelo art. 2º da Res. TRE/PI nº 271/2013 e, do mesmo modo, possuem suas atividades definitivas no referido normativo, entretanto, não se encontram na estrutura prevista no art. 6º da Res. TRE-PI nº 120/2006. Por fim, ressalta a existência de Núcleos instituídos pelas Resoluções TRE/PI nº 365/2018 e 381/2020 e vinculados a diversas unidades da Secretaria do Tribunal.

A Coordenadoria Técnica apresenta minuta de Resolução dispondo sobre as devidas adequações na Resolução TRE/PI nº 120/2006 (aprova a estrutura administrativa do TRE/PI) e na Resolução nº 271/2013 (Regulamento da Secretaria do TRE/PI). Quanto à possibilidade de incluir os Núcleos na estrutura da Secretaria, destaca que, por força de normativo do TSE, tais unidades consistem em unidades temporárias, que não podem



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ

integrar a estrutura administrativa permanente do Tribunal. Contudo, entende possível incluir um dispositivo recepcionando, na estrutura orgânica do Tribunal (Resolução TRE/PI nº 271/2013), mesmo que provisoriamente, os núcleos instituídos por meio das Resoluções TRE/PI nº 365/2018 e 381/2020.

Em sua manifestação, a Assessoria Jurídica da Diretoria-Geral, endossa, na íntegra, as ponderações e justificativas declinadas pela Coordenadoria Técnica, mas efetua pequenos ajustes, e por isso, apresenta uma nova minuta de resolução contendo o reparo que entendeu oportuno e conveniente.

A Diretoria-Geral, aprovando o parecer da sua Assessoria Jurídica, opina pela submissão da minuta ao crivo da Eg. Corte Eleitoral, a quem compete aprovar Resoluções nos termos regimentalmente definidos.

O Ministério Público Eleitoral manifesta-se favorável às alterações normativas sob apreço e pugna pela sua conversão em instrumento normativo definitivo.

É o relatório.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ

V O T O

O SENHOR DESEMBARGADOR JOSÉ JAMES GOMES PEREIRA

(RELATOR): Conforme se infere da leitura dos autos, a proposta apresentada é fruto de trabalho empreendido pelas unidades competentes deste Regional e resolverá as divergências detectadas pela Secretaria de Gestão de Pessoas.

Pois bem. Quanto à possibilidade de incluir os Núcleos recentemente criados na estrutura da Secretaria do Tribunal, conforme já destacado pelas unidades opinativas competentes, por força do art. 12 da Resolução TSE nº 23.422/2014 (com redação dada pelo art. 3º da Res. TSE nº 23.512/2017), as funções comissionadas das zonas eleitorais extintas não poderão compor o quadro permanente de pessoal da Secretaria do Tribunal, devendo permanecer reservadas para uma eventual criação de nova zona eleitoral. Desse modo, os Núcleos constituídos a partir das referidas funções comissionadas consistem em unidades temporárias, que não podem integrar a estrutura administrativa de forma permanente do Tribunal. Por outro lado, não vislumbro óbice à sugestão apontada pela Unidade Técnica da SGP nestes autos, no sentido de incluir dispositivo na Resolução TRE-PI nº 271/2013 prevendo que referidas Unidades comporão, mesmo que provisoriamente, a estrutura administrativa deste Tribunal.

Acerca dos normativos citados no dispositivo relacionado ao tratamento a ser dado aos Núcleos, válido registrar a recente criação de novos Núcleos e Assistências através da Resolução TRE-PI nº 430/2021, Unidades estas formadas com base no mesmo fundamento jurídico dos Núcleos anteriormente criados pelas Resoluções nº 365/2018 e 381/2020. Desse modo, entendo pertinente a retificação da redação do art. 1º da minuta em apreciação, especificamente no que se refere ao teor do parágrafo único a ser incluído no art. 2º da Resolução nº 271/2013, de modo a incluir, no referido dispositivo, os Núcleos e Assistências criados pela recente Resolução TRE-PI nº 430/2021, nos seguintes termos:

“Parágrafo único - Além das unidades relacionadas anteriormente, integram a estrutura administrativa deste Tribunal, mesmo que transitoriamente, os núcleos e assistências instituídos por meio das Resoluções TRE/PI nº 365, de



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ

18 de setembro de 2018, nº 381, de 31 de janeiro de 2020, e nº 430, de 8 de novembro de 2021”.

Por sua vez, a Assessoria Jurídica da Diretoria-Geral compilou, na minuta de Resolução de docs. 1413241 e 1413246, o resultado da minuta apresentada pela unidade responsável da SGP, introduzindo mínimos ajustes de técnica legislativa, visto que, desta forma, tudo se revela adequado à legalidade e aos fins colimados nestes autos.

Desta forma, considerando que a presente proposição encontra resguardo fático e jurídico, conforme o atestado pelas Unidades Técnicas deste Regional, e que foi apresentada de forma clara e adequada, entendo que a mesma está apta a ser aprovada.

Ante o exposto, VOTO, em consonância com o parecer ministerial, pela aprovação da minuta de resolução, determinando sua conversão em instrumento definitivo pela unidade competente.

É o voto.



**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ**

EXTRATO DA ATA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0600008-49.2022.6.18.0000. ORIGEM: TERESINA/PI

Interessada: Secretaria de Gestão de Pessoas – SGP

Relator: Desembargador José James Gomes Pereira

DECISÃO: ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí, por unanimidade, APROVAR a minuta de resolução, determinando sua conversão em instrumento definitivo pela unidade competente, na forma do voto do Relator.

Presidência e Relatoria do Excelentíssimo Senhor Desembargador José James Gomes Pereira.

Tomaram parte no julgamento os(as) Excelentíssimos(as) Senhores(as): Desembargador Erivan José da Silva Lopes; Juízes Doutores Lucas Rosendo Máximo de Araújo, Thiago Mendes de Almeida Férrer, Charles Max Pessoa Marques da Rocha, Teófilo Rodrigues Ferreira e Juíza Doutora Lucicleide Pereira Belo. Presente o Procurador Regional Eleitoral Doutor Marco Túlio Lustosa Caminha.

SESSÃO DE 7.2.2022